

IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.08.2022

Rever as medidas de prevenção da epidemia e assegurar a recuperação económica

O último surto epidémico foi o mais grave desde o início do novo coronavírus, afectando gravemente a economia, a sociedade e a vida da população de Macau.

Se as coisas forem feitas de acordo com o planeado tudo corre bem, mas se não houver planos, não se atingem objectivos. Antes deste surto, o Governo tomou as devidas medidas e estabeleceu um “Plano de resposta de emergência para a situação epidémica de Covid-19 em grande escala”, para conseguir dar respostas em caso de surto. No entanto, por mais completos que sejam os planos, é sempre difícil dar resposta eficaz às mudanças constantes e às situações complexas. Durante a última luta contra a epidemia registaram-se alguns pontos menos satisfatórios, por exemplo, os critérios e os procedimentos de controlo e abertura das zonas de código vermelho e amarelo; o apoio médico e o apoio nos bens de primeira necessidade aos residentes nas zonas de código vermelho e amarelo; o tratamento oportuno das pessoas em risco, a gestão dos hotéis em circuito fechado, etc. Tudo isto exige revisão e balanço profundos e pormenorizados por parte do Governo, com vista ao aperfeiçoamento dos planos e à optimização das diversas políticas e medidas de prevenção e combate à epidemia, a fim de melhor responder a eventuais surtos no futuro.

A última onda da epidemia revelou a insuficiência na capacidade de testagem, nomeadamente falta de pessoal para a recolha, e em resultado disso, aquando do surto da pandemia, as instituições médicas públicas tiveram de destacar trabalhadores, suspendendo os serviços normais. Isto afecta a contínua testagem em massa. Mais, a cobertura e o horário dos postos não conseguem responder às necessidades da normalização da prevenção e combate à pandemia. Assim, espero que o Governo introduza novas entidades, para reduzir o preço dos testes, aliviar os encargos da população, criar mais postos de trabalho para os residentes, e aumentar a cobertura dos postos. A longo prazo, há que considerar prolongar o horário de alguns postos para 24 horas, para responder às necessidades da sociedade e da normalização da prevenção e combate à Covid-19.

Conseguiu-se controlar a última onda da pandemia, mas a sociedade pagou preços elevados. Com a incerteza da situação pandémica no mundo, a esperança da retoma económica foi várias vezes estilhaçada, e as pessoas ficam nervosas só de ouvir a palavra “pandemia”. Ontem, surgiu mais um caso positivo. Assim, o Governo e a sociedade devem reflectir sobre como consolidar os resultados dificilmente conseguidos, colmatando as lacunas e fazendo bem toda a preparação para a normalização da prevenção e combate, no sentido de assegurar a retoma económica.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 11.08.2022

Salvaguardar a segurança nacional e construir uma base sólida para o desenvolvimento

A segurança nacional é a base da estabilidade política, prosperidade económica e da harmonia e desenvolvimento social. O mundo está agora a enfrentar a maior mudança destes cem anos, e a geopolítica, o desenvolvimento económico, o desenvolvimento cultural e os sistemas de governação mundiais sofrem mudanças significativas, tornando a situação internacional ainda mais volátil. No dia 2 de Agosto, a despeito da oposição forte e das repreensões severas da China, a presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, visitou a Região Taiwan da China, violando severamente o princípio de Uma só China, infringindo severamente a soberania e a integridade territorial da China e prejudicando severamente a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan.

Desde o retorno à Pátria que, com o apoio e a atenção do Governo Central, tem sido implementado com sucesso o princípio “Um País, Dois Sistemas”, a sociedade mantém-se estável, a economia desenvolve-se de forma contínua, as condições de vida da população são prósperas e o princípio “Macau governado por patriotas” tem sido firmemente implementado, salvaguardando-se a segurança nacional. Hoje em dia, a conjuntura internacional é complexa e mutável. Macau ainda enfrenta muitos desafios na defesa da segurança nacional. A penetração de forças externas não pode ser negligenciada, especialmente após a entrada em vigor da Lei de defesa da segurança do Estado de Hong Kong, Macau tornou-se um flanco em termos da protecção jurídica da segurança do Estado, sendo inevitável que as forças inimigas possam aproveitar esta oportunidade, ou seja, aproveitar todas as oportunidades para pôr em causa a prática do princípio “um país, dois sistemas” e a estabilidade e prosperidade a longo prazo de Macau.

Sendo assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Em 2009, o Governo aprovou a Lei relativa à defesa da segurança do Estado. Após 13 anos de alterações da conjuntura internacional, o Governo deve acelerar os trabalhos de revisão dessa lei, aperfeiçoando as garantias legais e institucionais do princípio “Macau governada por patriotas”.

2. Os serviços competentes devem reforçar a execução da lei sobre a segurança nacional, e aperfeiçoar, de forma contínua, o mecanismo de execução das autoridades de segurança nacional e das unidades antiterrorismo, intensificando a prevenção e o tratamento de crises e reforçando o apoio e a cooperação interserviços. Ao mesmo tempo, é preciso reforçar a ligação e cooperação com o interior da China, especialmente com as cidades da Grande Baía, no sentido de prevenir e reprimir efectivamente os actos que ponham em causa a segurança nacional, reforçando a prevenção da infiltração de forças

externas para responder efectivamente ao crime de terrorismo, prevenindo e resolvendo activamente os diversos tipos de riscos de segurança.

3. Promover as acções de divulgação jurídica de forma mais aprofundada e ampla, recorrendo a formas diversificadas de actividades, vários canais e meios para divulgar as acções de sensibilização sobre a Lei relativa à defesa da segurança do Estado. Através de formas inovadoras de divulgação, aproveitando plenamente a *Internet* e as plataformas dos novos meios de comunicação, podem divulgar-se conhecimentos jurídicos sobre a segurança nacional, permitindo que os cidadãos aprofundem os seus conhecimentos sobre a importância da segurança nacional, reforçando constantemente o “conceito geral de segurança nacional” de toda a sociedade, com a colaboração entre o Governo e a sociedade civil na defesa conjunta contra as ameaças à segurança nacional.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 11.08.2022

Concretização de um Centro Mundial de Turismo e Lazer com um modelo de turismo de baixo carbono

Segundo estudos do passado, as actividades turísticas representavam cerca de 8% das emissões totais de carbono do mundo, incluindo transportes, alojamento, alimentação, compras, etc. No entanto, segundo os dados mais recentes divulgados pelas Nações Unidas em 2019, apenas as emissões de dióxido de carbono produzidas pelos transportes na área do turismo já atingiam 5%, prevendo-se que, até 2030, aumentem para 25% em comparação com 2016. Nestes últimos dois anos e meio, o turismo transfronteiriço tem sido gravemente afectado pela epidemia, mas os operadores continuam determinados na redução do carbono. Até Abril deste ano, mais de 530 serviços e representantes ligados aos principais destinos turísticos assinaram a “Declaração de Glasgow para Acção Climática no Turismo”, iniciativa apresentada durante a 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. As partes signatárias devem apresentar um plano concreto no prazo de 12 meses, com vista a um crescimento de baixo carbono através da reconversão da indústria turística, para que esta possa, de forma responsável, recuperar-se com consumo e produção sustentáveis, procurando-se assim atingir zero emissões até 2050.

Devido à escassez de terrenos em Macau, mais de 90% da energia eléctrica são adquiridos do interior da China, o que resulta em emissões indirectas externas que correspondem a 3 a 4 vezes mais do que as emissões directas locais. Pode dizer-se que a maior parte das emissões do consumo de energia de Macau são transferidas para o Interior da China. Enquanto consumidor, Macau pode estudar a possibilidade de reduzir significativamente as emissões indirectas de carbono, através da compra de electricidade verde, contribuindo assim para a neutralização de carbono na cadeia de fornecimento de energia. Entretanto, sob uma estrutura industrial dominada pelos sectores do jogo e do turismo, as concessionárias do jogo têm o dever inalienável de concretizar a meta de “neutralização de carbono”. Felizmente, muitas delas já estão a aproveitar as suas vantagens para assumirem responsabilidades sociais, promovendo activamente uma gestão verde das instalações hoteleiras. Em seguida, há que acelerar o desenvolvimento de baixo carbono na indústria do turismo, nomeadamente, nas áreas dos transportes, compras e restauração, entre outras, através do apoio às micro, pequenas e médias empresas para investirem na redução do carbono, o que pode ainda promover a actualização industrial. Pretende-se, com a elevação das bases de conservação energética e de redução do carbono no ambiente de negócios, promover, entre os cidadãos e turistas, uma vida verde e o turismo verde.

Para acelerar o desenvolvimento verde da indústria turística e consolidar o desenvolvimento sustentável do Centro Mundial de Turismo e Lazer, a fim de promover Macau como uma cidade com condições ideais de vida, de trabalho, de

deslocações, de turismo e de entretenimento, apresento as seguintes três sugestões:

1. O Governo deve adoptar o modelo de vales de consumo verde para apoiar as micro, pequenas e médias empresas na aquisição de equipamentos de eficiência energética e de redução de carbono, e promover a reconversão das empresas para uma gestão ecológica, com introdução de frutos científicos e tecnológicos sobre a redução do carbono. Através de apoios financeiros directos, em valores totais ou parciais, pode promover-se o pleno desenvolvimento de baixo carbono dos sectores da venda a retalho, restauração e lembranças, e reforçar a imagem de Macau como cidade de turismo de baixo carbono.

2. Acelerar a substituição das energias limpas no sector dos transportes, para além de continuar a promover a electrificação dos transportes terrestres, e ainda realizar-se um estudo sobre a utilização de transportes marítimos movidos a hidrogénio. Além disso, propõe-se que as redes rodoviárias marítimas, terrestres, aéreas e pedonais sejam consideradas globalmente, com o objectivo de reduzir a quantidade total de emissões de carbono em cada segmento de transportes.

3. Desenvolver um sistema estatístico inteligente para acompanhar a “pegada de carbono”, para mediante a utilização da *internet* das coisas inteligentes e da tecnologia de análise de mega dados, permitir que as empresas, os cidadãos e os turistas acompanhem facilmente a “pegada de carbono” produzida por eles, no processo de produção e comércio, na vida quotidiana e nas visitas turísticas, no sentido de elevar os conhecimentos das empresas e dos cidadãos sobre o objectivo de “redução de carbono e de baixo carbono”, cultivando o hábito de prestar atenção à protecção ambiental e à conservação energética; e ainda fornecer apoio técnico aos visitantes para experimentarem o novo modelo de turismo de baixo carbono durante a sua estadia em Macau.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 11.08.2022

Face à gravidade da situação do emprego, como é que o Governo da RAEM vai, através da adopção de medidas de apoio, resolver a questão do desemprego?

Face à repetição da epidemia, o Governo adoptou várias medidas de combate, com vista a reduzir os riscos de transmissão, procurando acabar rapidamente com a epidemia. Mas, a economia sofreu prejuízos gravíssimos, muitas empresas suspenderam os seus negócios ou faliram mesmo, e muitas pessoas ficaram desempregadas e de licença sem vencimento. Os trabalhadores e os empregadores que foram obrigados a suspender ou a acabar com os negócios devido às medidas de prevenção estão “sem rendimentos”, num sofrimento indescritível. Perante o “vai vem” da epidemia, muitas pessoas já não conseguem aguentar mais e esperam que as autoridades divulguem, rapidamente, subsídios generalizados, reforcem as medidas de emprego e ponderem o lançamento de um mecanismo de abonos para os casos de suspensão de trabalho e negócios, a fim de prestar assistência aos residentes afectados.

A situação do emprego está crítica. Segundo dados recentes, a taxa de desemprego atingiu 4,8%, a mais alta em 12 anos, e há 13 900 desempregados. Há dias, o Chefe do Executivo salientou na AL que apoiaria activamente qualquer sector em que os residentes estivessem dispostos a trabalhar, mas acho que a implementação eficaz disto exige um plano mais específico. Por exemplo, a “Conta única” mostra que existem 4800 vagas em diversos sectores, mas segundo informações de candidatos, depois de se registarem não ouvem mais nada, por isso, para além da disponibilidade de vagas, a questão chave é o eventual sucesso das colocações. Exorto as autoridades a reforçarem as medidas favoráveis à promoção do emprego, a verificarem a veracidade das vagas e a reforçarem a fiscalização do processo de recrutamento, de modo a aumentar a eficácia das colocações. Tendo em conta que o “Plano de apoio pecuniário para os trabalhadores, profissionais liberais e operadores de estabelecimentos comerciais” não consegue acompanhar as mudanças da epidemia e o impacto da epidemia para a sociedade é muito grande, espero que o 2.º apoio de 10 mil milhões de patacas seja concentrado na atribuição universal de uma verba, isto é, a todos os residentes, para resistirem ao impacto da epidemia e resolverem as suas necessidades prementes.

Quanto aos trabalhadores que ficam com o código de saúde amarelo ou vermelho ou estão sujeitos a quarentena por razões de trabalho, e por isso ficam impedidos de trabalhar, o empregador só tem a obrigação de lhes pagar o salário quando os destaca para trabalharem em locais onde existe risco de infecção. Isto não é razoável. Tomando como referência a região vizinha de Hong Kong, foi directamente alterada a lei laboral (“*Employment Ordinance*”) para determinar que no caso de os trabalhadores que cumpram as medidas específicas de prevenção

da epidemia, como por exemplo, por ordem de isolamento, de quarentena ou restrição de inspecções, as faltas dadas por motivo de limitação do âmbito de actividade obrigam o empregador a atribuir o subsídio de doença aos que preenchem os requisitos legais. Solicita-se ao Governo que tome como referência as experiências de outras regiões e que aperfeiçoe o regime de garantias dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, apela-se aos empregadores para continuarem a apoiar os trabalhadores afectados.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.08.2022

Supervisionar a contratação de residentes, aliviar o desemprego e promover o desenvolvimento profissional

Na última sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, o Governo continuou sem divulgar os detalhes da segunda ronda de medidas de benefício à população, no montante de 10 mil milhões. A pandemia dura há dois anos e meio, a economia de Macau já estava fragilizada, e o surto de 18 de Junho veio agravar mais a situação. O Governo não deve limitar-se a fazer promessas, tem de atender às necessidades da população, lançando rapidamente a segunda ronda de medidas de apoio financeiro.

O desemprego é outra questão preocupante, pois o número de residentes desempregados já atingiu 13,9 mil, e as vagas registadas na DSAL são apenas 4800. Alguns candidatos enviaram muitos pedidos de emprego, mas não receberam nenhuma resposta. Mais, o salário para alguns trabalhos é muito inferior ao nível do mercado, mas as exigências são muito elevadas, o que não faz nenhum sentido. De acordo com alguns candidatos, alguns empregadores disseram que não precisam de contratar ninguém, só estão a recrutar para colaborar com a DSAL. O Governo tem conhecimento disto? Está a acompanhar todo o processo, desde a correspondência entre o candidato e o empregador até ao efectivo ingresso? Como é que vai fiscalizar o recrutamento fictício?

Não se pode negar que a não conjugação de emprego se deve a várias razões, por isso, para além da razoabilidade das remunerações e regalias, da adequação das técnicas e experiência do trabalhador às necessidades do posto de trabalho e da recusa de contratação por parte do empregador, há também opções de emprego para os locais. No entanto, é de salientar que em Macau não existe apenas recrutamento para postos de trabalho da camada de base e com salários baixos, o que acaba por não reflectir a prioridade de contratação de trabalhadores locais. Na recente sessão de perguntas e respostas, pedi ao Chefe do Executivo para apresentar detalhadamente à sociedade os objectivos e as medidas do Governo para promover o emprego e o desenvolvimento dos trabalhadores locais, só que, para além de prestar esclarecimentos sobre a situação do sector financeiro, as restantes questões não foram respondidas. As pessoas questionam o seguinte: será que o Governo dá a devida importância à formação de talentos locais, com vista à sua adequação à futura economia? Por que razão é que nunca foram prestados esclarecimentos detalhados à sociedade?

Os relatórios da Comissão de Desenvolvimento de Talentos apontam para a necessidade de recursos humanos para diferentes categorias e tipos de trabalho, bem como para postos de trabalho adequados aos trabalhadores locais, por exemplo, as empresas do jogo, do sector financeiro, da restauração, da hotelaria, etc. bem como nas obras públicas, serviços adjudicados pelo Governo, testes de ácido nucleico, entre outros trabalhos de prevenção da epidemia. No entanto, os

trabalhadores dotados de condições, capacidade e experiência dificilmente conseguem oportunidades de integração no mercado de trabalho e desenvolver as suas potencialidades, e o Governo não tem acompanhado e tratado seriamente os problemas. Exorto mais uma vez o Governo a fazer uma boa análise sobre a procura de emprego, a organizar sessões de recrutamento para reforçar a conjugação entre a oferta e a procura de emprego, e a criar mecanismos para fiscalizar a situação da contratação de trabalhadores locais, a fim de prevenir a sua contratação fictícia. Quanto às grandes empresas e aos sectores mais relevantes, devem ser definidos os padrões e a proporção para a contratação e formação de pessoal local e propostas e objectivos para a formação de trabalhadores locais, para as categorias intermédias e superiores serem asseguradas por residentes, com vista a atenuar o desemprego e a promover o desenvolvimento profissional da população.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.08.2022

Prioridade dos locais no acesso ao emprego

Há dias, perguntei ao Chefe do Executivo sobre a prioridade dos locais no acesso ao emprego e pedi para lhes criarem mais postos de trabalho no combate à epidemia, de modo a resolver o problema de desemprego. O Chefe do Executivo admitiu que este problema é grave e prometeu que vai criar, com todos os esforços, mais postos de trabalho para os residentes. Por exemplo, vai exigir a prioridade de contratação dos residentes de Macau para os referidos postos de trabalho como amostradores em postos de teste de ácido nucleico, pois já foram contratados profissionais locais para este trabalho.

No último mês, o Governo contratou, através de empresas privadas, um grande número de amostradores, o que atraiu muitos candidatos locais qualificados e muitos já começaram a trabalhar. Mas, como antes já tinham sido contratados muitos TNR, centenas de locais só puderam ser amostradores a tempo parcial, enquanto os TNR eram a tempo inteiro e tinham mais oportunidades de trabalho. Com o fim das várias rondas de testes massivos de ácido nucleico e a redução de grupos-alvo e de áreas-chave, as oportunidades de trabalho dos amostradores a tempo parcial foram reduzidas, o que afectou gravemente o seu rendimento. Muitas vezes, surgiu a situação em que mais de cem pessoas concorreram para poucas vagas de trabalho. Alguns amostradores locais pretendem trabalhar a tempo inteiro, mas, por causa dos trabalhadores não residentes (TNR), só o podem fazer a tempo parcial. Espera-se que a DSAL saiba da actual situação dos postos de análises de ácido nucleico e garanta mais oportunidades de emprego aos locais, para não serem o complemento dos não residentes. Ao contrário dos trabalhos normais, as oportunidades de trabalho nos postos de testagem ao ar livre provêm do Governo, portanto, este tem a obrigação de garantir aos locais a prioridade de trabalho aí. Neste momento, há muitos amostradores locais qualificados, e o Governo deve inteirar-se da vontade destes sobre a intenção de trabalharem a tempo inteiro, permitindo a saída gradual dos não residentes, salvaguardando-se verdadeiramente a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego.

Esta situação existe em diversos postos de trabalho em Macau, havendo mesmo situações em que se exigem TNR, mas, quando as oportunidades de emprego se reduzem, os locais são sempre os primeiros a serem despedidos, ficando então os não residentes. Face à epidemia, a taxa de desemprego dos residentes bateu novo recorde, portanto, dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego não passa de mero *slogan*, pois o Governo deve proceder à avaliação e fiscalização da situação, porque só assim é que se pode resolver melhor o problema de emprego dos residentes.

IAOD dos Deputados Iao Teng Pio e Wu Chou Kit em 11.08.2022

Continuação dos planos específicos de estágio para garantir o emprego dos jovens

Devido à instabilidade provocada pela COVID nos últimos anos, a situação de emprego no mercado tem sido alvo de atenção da sociedade, incluindo o emprego dos graduados. Ainda há alguma procura para contratação no mercado, e a DSAL também divulgou muitas vagas dos postos de trabalho locais para a sua conjugação, mas muitos destes exigem não só habilitações académicas de ensino superior, como também experiência profissional. Até ao momento, os graduados dos últimos dois anos ainda não foram totalmente absorvidos pelo mercado, e milhares de recém-graduados vão entrando no mesmo. Face a uma oferta maior do que a procura de recursos humanos, a curto prazo não se vê luz ao fundo do túnel para o emprego dos graduados.

Após vários anos de aprendizagem árdua, os alunos depararam-se com uma grave epidemia na altura da colheita dos frutos. Perante o futuro incerto, os graduados devem manter uma mentalidade incansável para se autovalorizarem, acompanharem a evolução dos tempos, agarrarem todas as oportunidades e seguirem o ritmo de desenvolvimento da sociedade.

Espero que o Governo continue a promover planos específicos de estágio em Macau, na Zona de cooperação aprofundada e na Grande Baía, a fim de criar um bom ambiente para o emprego dos jovens, para que estes tenham alguma experiência profissional, e conheçam bem os regimes e o ambiente de trabalho e de vida nessa Zona e na Grande Baía. Desta forma, pode-se aperfeiçoar os trabalhos subsequentes de conjugação profissional, responder às políticas nacionais de emprego para a promoção de talentos na nova era e disponibilizar mais possibilidades de emprego aos graduados.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 11.08.2022

Baixar as tarifas de carregamento e apoiar a generalização dos postos de carregamento

No ano passado, o Presidente Xi Jinping anunciou que a China ia procurar alcançar o pico de carbono e a neutralidade de carbono até, respectivamente, 2030 e 2060. E o Governo da RAEM afirmou que ia seguir a política nacional para a redução de emissões, e definiu as correspondentes metas. Assim, a generalização de veículos eléctricos é uma medida importante para responder à política nacional na área da protecção ambiental.

A fim de apoiar o desenvolvimento de veículos eléctricos, em 2016, o Governo incluiu a “generalização de veículos eléctricos” no Plano Quinquenal. Mas, passaram-se 6 anos, e segundo as estatísticas, até ao final de Julho deste ano, havia 2298 veículos eléctricos ligeiros, apenas cerca de 2% do total de veículos ligeiros, portanto, os resultados da sua generalização continuam muito aquém das expectativas. A falta de postos de carregamento públicos, as tarifas caras e a dificuldade de instalação de postos de carregamento nos edifícios privados são os principais motivos para os residentes não quererem esses veículos.

Em 2015, o Governo elaborou as “Directrizes Técnicas de Segurança de Instalações de Carregamento de Veículos Eléctricos” e, no ano passado (2021), lançou as “Instruções para o pedido de autorização de instalação de carregamento de veículos eléctricos nos auto-silos de edifícios privados”, mas, segundo muitos residentes, essa instalação exige o consentimento de determinada percentagem de proprietários, as formalidades são complicadas e a taxa de sucesso é baixa. Além disso, muitos edifícios já têm muitos anos, e os equipamentos eléctricos nos parques de estacionamento não conseguem suportar grande potência, assim, é preciso instalar novos cabos eléctricos ou alterar o sistema eléctrico dos edifícios, mas os custos são bastante elevados e a população não consegue suportá-los.

Na opinião da sociedade, as autoridades devem actualizar e aperfeiçoar, quanto antes, as “Instruções para o pedido de autorização de instalação de carregamento de veículos eléctricos nos auto-silos de edifícios privados”, simplificar o processo de requerimento, aumentar a eficiência da apreciação dos pedidos, e conceder apoio financeiro para a alteração do sistema eléctrico e para a instalação de postos de carregamento, com vista a resolver as dificuldades com a instalação e os custos elevados, que incomodam os residentes há anos.

No final de Junho deste ano, o Governo publicou o Regulamento Administrativo n.º 25/2022 (Sistema tarifário do serviço público de fornecimento de energia eléctrica) e o Despacho do Chefe do Executivo n.º 105/2022, para fixar as tarifas dos postos de carregamento públicos para os período pico de consumo e de baixo consumo. Segundo alguns residentes, aquando da substituição dos seus veículos, a primeira intenção era adquirir veículos eléctricos, mas, estabelecendo

a comparação, verificaram que as tarifas de carregamento de energia eléctrica definidas pelo Governo e os custos de consumo eram semelhantes aos dos veículos híbridos e dos veículos de menor cilindrada e, além disso, os veículos eléctricos têm custos de manutenção relativamente elevados, portanto, a sua atractividade não é significativa. Segundo os profissionais do sector, os consumidores estão preocupados com os elevados custos do carregamento, assim, muitos deles mantêm-se na expectativa em relação à aquisição de veículos eléctricos.

As tarifas com o carregamento eléctrico em Macau são mais elevadas do que nas regiões vizinhas, por exemplo em Cantão e Hong Kong. Neste momento, a economia está em recessão, por isso, o Governo deve ter em conta a pressão económica dos residentes durante a epidemia, e baixar as tarifas de carregamento e prolongar o período de carregamento de baixa tarifa, com vista à redução dos custos de vida da população.

Espera-se que o Governo reforce a comunicação com o sector e com a população, para simplificar, quanto antes, os procedimentos do pedido de instalação de postos de carregamento em edifícios privados e aperfeiçoar o actual mecanismo de cobrança de tarifas dos postos de carregamento públicos, com vista a aumentar a cobertura dos veículos eléctricos e a concretizar, quanto antes, a meta de redução de carbono.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.08.2022

Apoio financeiro e recuperação económica

A economia de Macau está altamente dependente dos turistas e o seu desenvolvimento, do consumo turístico. A epidemia de “18 de Junho” causou graves prejuízos à economia e grande impacto em todos os sectores, agravou a situação de emprego e aumentou a pressão de vida dos residentes. A fim de apoiar as empresas e os residentes afectados, o Governo lançou atempadamente dois apoios financeiros de “10 mil milhões de patacas”, que incluem medidas específicas, de beneficência e de alargamento da procura interna, para aliviar as necessidades prementes dos residentes. As medidas dos primeiros 10 mil milhões estão a ser lançadas, e espera-se que o Governo concretize e divulgue, quanto antes, as formas de concessão do segundo apoio financeiro de “10 mil milhões”, para que mais residentes de Macau possam ser beneficiados. Mas Macau é, desde sempre, uma cidade turística, e só o melhoramento do ambiente de negócios será a única forma de resolver o problema pela raiz. Por isso, promover a recuperação económica após a epidemia, estabilizar o mercado de emprego em geral e assegurar o desenvolvimento sustentável da sociedade continuam a ser as principais preocupações dos residentes.

A prevenção e o controlo da epidemia são pressupostos para o desenvolvimento sustentável da economia e o levantamento das restrições às passagens alfandegárias no futuro. Espera-se que o Governo reveja e melhore as medidas gerais de prevenção da epidemia, continue no futuro a tomar decisões firmes, a reagir rapidamente, a prevenir e a controlar com precisão a epidemia, a combatê-la com menos tempo e menor custo, a manter a “dinâmica de infecções zero” e a reduzir o impacto da epidemia no desenvolvimento socioeconómico. O mais importante é elaborar um plano detalhado para revitalizar a economia de Macau após a epidemia, atraindo mais visitantes e, antes disso, alargar ainda mais a procura interna, e recuperar a confiança do mercado e dos residentes, para que Macau possa arrancar novamente. Poder-se-á, por exemplo, prolongar o período do programa “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau”, reabrir os percursos do programa “Roteiros para visitas de estudo” e prolongar o seu período, reforçar as acções de divulgação das actividades “Arraial na Ervanários” e “Arraial em Coloane”, estudar a extensão desse modelo de actividades a outras zonas da cidade, organizar mais actividades oficiais com características próprias, e continuar a cooperação com as associações na organização de desfiles ou festivais nos bairros comunitários, etc., para criar um ambiente animado nas diversas zonas de Macau, promover a economia comunitária e estimular o consumo. Espera-se que o Governo dialogue, de forma

activa, com o Governo do Interior da China, sobre o aligeiramento das restrições alfandegárias, e que continue a reforçar a divulgação, no exterior, de informações positivas sobre a segurança de fazer turismo em Macau, ofereça vários tipos de benefícios aos visitantes para prolongar a sua estadia em Macau, alargue o respectivo elo de consumo, recupere o fluxo de clientes, estude o desenvolvimento do turismo Hengqin- Macau e da Grande Baía, entre outros produtos turísticos “multidestinos”, e promova o desenvolvimento integrado do turismo. A longo prazo, Macau deve aumentar a fonte de turistas, acelerar a integração na Zona de Cooperação Aprofundada e na Grande Baía, promover o fluxo de pessoas, mercadorias e capitais nessas zonas, aproveitar melhor as oportunidades para explorar as indústrias emergentes, promover a diversificação adequada da economia e reforçar a resiliência económica.

Actualmente, a economia de Macau está em recessão e as receitas do jogo estão a diminuir. O Governo afirmou que ia reduzir as previsões das receitas do jogo para 130 mil milhões de patacas este ano, por isso é inevitável o uso do erário público. Espero que o Governo possa utilizar, de forma eficaz e precisa, os recursos financeiros para apoiar os residentes e as empresas, e promover a recuperação económica, e, enquanto se está a conter as despesas, garantir, tanto quanto possível, que os diversos benefícios sociais e as despesas com o desenvolvimento dos serviços de assistência social e da educação social não sejam afectados, a fim de evitar um impacto a longo prazo nos respectivos serviços e utentes.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 11.08.2022

Construção da Zona de cooperação aprofundada

A Zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin é um importante plano para o enriquecimento da implementação do princípio “um País, dois Sistemas” e das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, o que contribui para desenvolver os recursos de solos e para a diversificação adequada da economia de Macau e, em conjugação com a construção do projecto transfronteiriço “Novos Moradores de Macau”, para criar condições de vida para os residentes de Macau na aquisição de imóveis e na criação de negócios em Hengqin.

Neste momento, Macau e Zhuhai estão a ser afectadas pela pandemia, mas a construção da Zona aprofundada ainda não foi interrompida, os trabalhos de captação de investimento continuam, promovendo assim o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, da saúde e dos circuitos integrados, entre outras novas indústrias de alto nível, criando aí uma plataforma de indústria tecnológica. Mas o maior obstáculo ao desenvolvimento dessa zona é a falta de popularidade, pois os conhecimentos da população de Macau sobre essa zona são limitados. Embora os dois governos já tenham criado um *website* sobre a Zona de cooperação aprofundada, em relação às respectivas políticas e regulamentos há apenas o respectivo plano geral e as três políticas de Hengqin. A difícil obtenção de informações sobre o ponto de situação da articulação entre os diplomas legais de Guangdong e de Macau na página oficial; as poucas acções de divulgação sobre as instalações complementares relacionadas com a vida da população, o mercado de consumo e as ligações de transportes; os conflitos na aquisição de imóveis em Hengqin e no Interior da China pelos residentes de Macau nos últimos anos; as restrições de entrada e saída entre Guangdong e Macau devido à epidemia; e os obstáculos na circulação transfronteiriça de informações da Internet e de dados pessoais afectaram a vontade e a confiança dos residentes em entrar na Zona de cooperação aprofundada.

Proponho às autoridades que avancem, primeiro, com a concepção geral dos diplomas legais da referida Zona, ponderando sobre: a definição e divulgação do calendário da construção do novo sistema de “construção e administração conjuntas e compartilha de resultados” e a definição das áreas prioritárias para promover a articulação entre os diplomas legais, para apoiar o desenvolvimento a longo prazo de Macau e promover a cooperação aprofundada com Guangdong, pois, só com a definição do eixo de desenvolvimento, é que a diversificação adequada da economia de Macau e o progresso da vida da população se podem desenvolver de forma ordenada e de acordo com as regras definidas.

Mais, quanto ao tratamento de conflitos relacionados com a aquisição de imóveis no Interior da China, as autoridades da RAEM têm comunicado activamente com as suas homólogas de lá, desenvolveram muitos trabalhos para proteger os direitos e interesses de consumo dos residentes de Macau e realizaram acções de divulgação sobre a necessidade de ter “5 licenças” para a aquisição de imóveis no Interior da China, sendo vários os meios de divulgação, e amplo o âmbito dos destinatários. Mas são vários os métodos de vender casas no Interior da China, e os residentes não conseguem evitar situações como fraudes nos contratos e vendas com má-fé. Recentemente, uma compradora de Macau discutiu com um promotor de Zhuhai sobre o problema de infiltrações de água no edifício, mas foi agredida com uma bofetada por um homem forte, caiu e foi transportada para hospital. As autoridades policiais do Interior da China procederam à detenção administrativa do agressor e o incidente não ocorreu em Hengquin, mas é inevitável que deixa má impressão aos residentes de Macau que queiram comprar casa no Interior da China. Quanto à aquisição de imóveis no Interior da China, já foi criado na Zona de cooperação aprofundada o “Curso específico para o tratamento dos projectos comerciais de construção de edifícios”, que visa inspeccionar 79 projectos de construção de edifícios nessa zona, para prevenir problemas com estes projectos na Ilha de Hengqin. Mas, quanto às irregularidades dos promotores, os residentes de Macau esperam obter informações mais claras sobre a protecção dos seus direitos, para a garantia da sua segurança pessoal. Espera-se que o Governo continue a cooperar com os serviços competentes e reforce a respectiva regulamentação para eliminar vendas irreais, para salvaguardar, com meios mais eficazes, os direitos e interesses dos residentes de Macau na aquisição de habitação no Interior da China. Deve reforçar-se ainda a promoção e a sensibilização sobre a protecção de direitos na aquisição de imóveis no Interior da China. Se os residentes de Macau tiverem problemas, como no caso de infiltrações de água em edifícios no Interior da China, quais são os procedimentos para o seu tratamento seguro? Como é que se pode pedir a indemnização à outra parte? Caso os residentes sejam tratados de forma não civilizada, após denúncia à polícia, devem estar informados sobre a importância do pedido à polícia dos documentos de recepção de denúncia, e sobre as formas de pedido de indemnização aos envolvidos, para as despesas médicas, de tratamento, transporte e internamento, etc. Tudo isto deve ser esclarecido aos residentes.

Ao mesmo tempo, há que divulgar os projectos que vão ter lugar na Zona de cooperação aprofundada e definir a sua calendarização, para os residentes poderem conhecer melhor as infra-estruturas e as instalações complementares relacionadas com a vida da população. Mais, sugere-se que haja mapas na página electrónica dessa zona, com indicadores visíveis para assinalar o lugar dos postos fronteiriços, serviços de transportes públicos, lojas, instalações de serviços sociais e parques industriais, facilitando assim a vida dos residentes na pesquisa das informações, para que fiquem a conhecer melhor essa zona.

Mais, os governos dos dois locais devem também realizar estudos para disponibilizar informações na internet sobre essa zona e procurar alcançar o mesmo nível de abertura da internet igual ao de Macau, salvaguardando a articulação desse nível com os padrões internacionais, pois isto irá contribuir para o desenvolvimento de indústrias do topo, do comércio em geral e do intercâmbio de assuntos relacionados com a vida da população.

Para terminar, proponho ao Governo que divulgue periodicamente o ponto de situação das empreitadas do projecto intitulado “Novos moradores de Macau”. Mais, como há a intenção de vender as habitações por preços calculados nos custos da construção, a população está muito interessada nessas habitações, por isso deseja-se que a Administração divulgue, o mais breve possível, as informações sobre os preços, por exemplo: o custo actual da construção, o modo de incorporação do custo do terreno no preço de venda, os pressupostos de acesso às habitações, etc., para que os residentes, as famílias, os lojistas e as instituições de serviços sociais com a intenção de entrar nessa zona se possam preparar, o mais cedo possível, com vista a contribuir para a prossecução do objectivo de recorrer a essa zona para melhorar o ambiente de vivência de Macau, elevando o encanto e a competitividade da zona e aproveitando-a como ponto piloto para impulsionar o desenvolvimento qualitativo da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 11.08.2022

Optimizar o apoio económico de 10 mil milhões para estabilizar a confiança empresarial

O Verão deste ano teve um mau início. Durante um mês e meio, a pequena cidade de Macau esteve semiparada, o mercado e a confiança dos consumidores voltaram a piorar, e muitos empresários foram afectados. Só no início deste mês é que a situação epidémica ficou estável, os casinos reabriram e foram retomados o consumo de comidas e bebidas no interior dos restaurantes e a passagem fronteiriça entre Zhuhai e Macau sem isolamento, e a ordem de produção e de vida voltou gradualmente à normalidade.

Devido à situação instável da epidemia durante quase três anos, a sociedade sofreu bastante, o rendimento de muitos residentes foi afectado e o ambiente de emprego piorou. As pequenas e microempresas com falta de recursos financeiros têm sido afectadas pela epidemia, e é inevitável ficarem pessimistas depois de terem aguentado tanto tempo. Já passou mais de metade das férias de Verão, e os sectores queriam agarrar o tempo restante para recuperar o negócio. A maior preocupação é a onda de encerramentos, o que pode facilmente provocar reacções em cadeia e problemas sociais, portanto, “o último quilómetro passou a ser interminável”.

Na última sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo sublinhou que o segundo pacote de medidas de dez mil milhões de patacas visa, principalmente, ser “benefícios universais”, ou seja, “não há justiça absoluta, mas espera-se que todos os sectores sociais sejam levados em consideração dentro do possível”. Os sectores industrial e comercial esperam que este segundo pacote de medidas possa ainda ter em conta a premência, para apoiar adequadamente as PME e as microempresas que não foram beneficiadas na primeira ronda de apoio, melhorando e ajustando os defeitos. A longo prazo, é necessário introduzir dinamismo para o turismo se recuperar de forma estável. Só quando todos os sectores vêem o futuro, é que se pode estabilizar a sua confiança na operação.

Pelo exposto, proponho o seguinte:

1. O fluxo de caixa é o factor decisivo para a sobrevivência das empresas. Em Macau, existem muitas empresas com várias filiais e, segundo as empresas, a primeira medida de apoio financeiro de 10 mil milhões de patacas não abrangeu todas as suas filiais e, perante os salários do dia-a-dia, as rendas, a água e a luz, etc., a pressão de exercício é bastante grande. No plano da segunda medida de apoio financeiro de 10 mil milhões de patacas, o Governo da RAEM pode fazer uma ponderação de benefícios gerais às empresas detentoras de vários registos de estabelecimentos, de acordo com o impresso M/1 e a estrutura espacial de cada estabelecimento, a fim de atenuar a pressão operacional e estabilizar a situação actual dessas empresas, ultrapassando assim as dificuldades mais

prementes.

2. Uma pequena cidade que depende do exterior para impulsionar a sua economia só pode voltar ao seu normal funcionamento através da recuperação do exterior e a injeção de “água viva”, motivando, deste modo, o exercício das micro e PME. Já estamos a meio das férias de Verão, e sugiro aos serviços competentes que reforcem o diálogo com as cidades vizinhas, para o aumento, de forma ordenada, da circulação de pessoas entre os dois lados, aproveitando a “cauda das férias de Verão” para atrair os visitantes, estabilizando a economia e a confiança.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Pang Chuan e Cheung Kin Chung em 11.08.2022

Exortar o Governo a estudar o contributo do ensino superior para o desenvolvimento económico

Agradecemos ao Sr. Chefe do Executivo por ter liderado os funcionários públicos, os profissionais de saúde, os trabalhadores da primeira linha e os voluntários, que, em conjunto com a população de Macau, superaram as dificuldades e obtiveram resultados efectivos e graduais no combate a esta epidemia.

Desde o retorno à Pátria, e com o apoio do País e do Governo da RAEM, o ensino superior de Macau tem persistido no conceito: “enraizar-se em Macau e, com o forte apoio da Pátria, olhar para o mundo”, alcançando um desenvolvimento e um sucesso surpreendentes. Ao nível da dimensão, desde os primeiros 12 mil alunos do período a seguir ao Retorno, agora já há cerca de 44 mil alunos, sendo mais de 14 mil de pós-graduação (incluindo mestrados e doutoramentos). No âmbito da investigação científica, foram criados 5 laboratórios de referência nacional e diversas plataformas de investigação científica, tendo sido publicadas, anualmente, milhares de dissertações de alta qualidade e houve participação em importantes projectos científicos de vários países. Já há um bom início na transformação dos resultados científicos e tecnológicos e, além disso, o desenvolvimento do ensino superior também melhorou muito a imagem da cidade de Macau.

Não se pode ignorar o contributo para a economia local do desenvolvimento do ensino superior em Macau. Dos actuais 44 mil estudantes em Macau, cerca de 28 mil são não residentes, representando cerca de 65 por cento da população estudantil total. Chegou-se já a um consenso social de que as propinas e as despesas de subsistência que os alunos não residentes pagam, as despesas de viagem dos seus familiares e amigos, e as oportunidades de emprego daí criadas tiveram um impacto positivo considerável na economia de Macau. Sobre qual a quota real do ensino superior na economia de Macau e em que medida contribui para a taxa de crescimento da economia de Macau, não existem, por agora, estudos ou dados claros sobre isto.

Por conseguinte, exortamos o Governo a realizar um estudo sobre o impacto e a contribuição do ensino superior para o desenvolvimento económico. Isto não só contribuirá para saber qual o contributo real do ensino superior para a economia global de Macau, mas também para avaliar efectivamente e definir, mediante estudos e dados precisos, melhores regimes e políticas de ensino superior, em prol do desenvolvimento sustentável do ensino superior em Macau e da promoção da melhoria geral socioeconómica.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 11.08.2022

Promover testes gratuitos de ácido nucleico, com vista a aliviar os encargos dos residentes

Durante o surto da epidemia, o Governo fez vários testes de ácido nucleico em massa, e instalou muitos postos para testes e, pela primeira vez, utilizou vários veículos para a recolha de amostras, para facilitar que os residentes realizassem os testes e acelerar a eficiência do processo de recolha de amostras. Com o esforço conjunto de toda a população na luta contra a epidemia, e após vários testes, conseguimos finalmente atingir “COVID zero na sociedade”, sendo esta uma vitória faseada, e entrámos assim numa fase de normalidade e restabelecemos a passagem fronteiriça entre Zhuhai e Macau.

Este surto foi o mais grave desde o início da epidemia, e foi preciso cerca de um mês e meio para estabilizar a situação. Através deste, podemos verificar que os testes de ácido nucleico são um meio importante para eliminar efectivamente a via de transmissão, sendo também um meio eficaz para implementar a política de “COVID zero dinâmico”. Entrámos agora na fase de normalização, e o Governo introduziu concorrência nos testes, para, mais uma vez, reduzir o custo para 50 patacas, mas o preço dos testes da região vizinha sofreu várias reduções e, em comparação com o Interior da China, o custo aqui ainda não consegue acompanhar as necessidades do desenvolvimento social, face à normalidade da epidemia.

O sector dos serviços é um sector pilar em Macau, e é um sector de grande contacto e com um fluxo de pessoas elevado, pelo que o risco de epidemia também é relativamente elevado. Durante o período da normalidade, ainda há casos positivos, pelo que o Governo deve implementar um serviço de testes e análises rápido e regular, com uma certa intensidade na prevenção, para estar em consonância com as directrizes do País, com vista a reforçar a política de “COVID zero dinâmico” e assegurar que Macau se mantenha estável a longo prazo, pois isso vai beneficiar o desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Recentemente, o Governo afirmou que a passagem fronteiriça é uma necessidade dos cidadãos e o seu custo não deve ser uma responsabilidade do Governo. Mas, em Zhuhai, é o Governo local que suporta as despesas normais com o teste de ácido nucleico, que é gratuito e serve para a entrada e saída de Macau. Em comparação, em Macau o teste só é gratuito para os grupos-alvo de risco, por isso é pago para a passagem fronteiriça. Mais, após a introdução da concorrência, o Governo reduziu apenas 5 patacas no preço do teste, o que é muito pouco. Mais ainda, a realização de dois testes resulta, sem dúvida, em duplicação do exame de ácido nucleico, por isso é uma medida irrazoável que

resulta em desperdício de recursos, para além de não estar conforme com os actuais critérios nacionais de requisitos exigidos para o teste de ácido nucleico. Actualmente, para facilitar, o Interior da China está a reduzir as despesas com os testes de ácido nucleico e a instalar vários postos de testagem gratuita para a população em geral e grupos-alvo, e o resultado dos testes serve para as deslocações com código de saúde. Assim, os referidos testes são feitos de forma a incentivar os residentes a fazer o exame. O Governo deve reduzir as despesas com os testes de ácido nucleico, aliviando os encargos da população. Ao mesmo tempo, deve-se “ter por base a população” e avaliar a possibilidade de o resultado dos testes gratuitos servir também para a passagem fronteiriça com código de saúde, e aliviar os encargos dos cidadãos, maximizando a utilização do erário público.

2. Recentemente, o caso positivo de um tripulante de um cargueiro suscitou, mais uma vez, a atenção social. De acordo com as exigências impostas aos grupos-alvo, quando os tripulantes desembarcam, precisam de realizar apenas um teste de ácido nucleico e podem movimentar-se livremente. Mas, segundo consta, esses tripulantes precisam de ir ao Centro Hospitalar Conde de São Januário para fazer esse teste e, sem dúvida, isso aumenta o risco de infecção nos bairros comunitários. Quanto aos grupos-alvo, nomeadamente, os tripulantes que se revestem de mobilidade, o País já criou vias específicas para lhes facilitar a realização do teste de ácido nucleico. O Governo da RAEM deve criar postos provisórios de teste de ácido nucleico em certos locais, para proporcionar aos grupos-alvo as devidas “vias verdes”, de modo a assegurar a estabilidade do transporte marítimo de mercadorias principais durante períodos especiais.

3. Recentemente, face à importância do reconhecimento mútuo, o País exigiu que os resultados dos testes de ácido nucleico fossem interoperáveis e mutuamente reconhecidos ao nível nacional, e exigiu que não se obrigasse os residentes a efectuar testes, de forma repetida, visto que os resultados apresentados em canais diferentes são igualmente válidos. Assim, em muitas cidades os resultados desses testes foram já mutuamente reconhecidos, e o reconhecimento mútuo tem lugar mesmo a nível inter-regional. Há uma comunicação estreita entre Macau e a Grande Baía, especialmente com Zhuhai, mas falta uma medida favorável ao reconhecimento mútuo dos resultados dos testes de ácido nucleico. O Governo deve acelerar este reconhecimento mútuo com Zhuhai ou as cidades da Grande Baía, para facilitar a locomoção dos residentes e fazer a prevenção epidémica de forma mais científica e precisa.

José Maria Pereira Coutinho

“Turismo e Política de Confianamento - Será que a clarividência de uma “bola de cristal”, contemplada por um destro “adivinho”, poderá ajudar a solucionar o conflito entre atrair turistas estrangeiros a Macau e a falta de consideração no tratamento do processamento de regresso a Macau de residentes permanentes, onde muitos deles sofrem o constrangimento de pernoitar no Aeroporto Internacional de Macau (AIM), até que lhes seja concedido alojamento, para a obrigatoriedade do cumprimento de períodos extensos de quarentena? Quais os turistas que estarão dispostos a visitar o território nestas condições?”

A recente lei Lei n.º 7/2022, que introduz alterações à Lei n.º 16/2001, que define o regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, limita o prazo de concessões para 10 anos, e determina um total máximo de seis licenças de exploração, com proibição, a qualquer título, da oneração, transmissão ou cessão, total ou parcial, para terceiros, do direito de exploração e dos direitos e obrigações legais dessas concessões, pondo termo assim, finalmente, à possibilidade de profliferação descontrolada de “casinos satélites”, tendo os cidadãos a legítima expectativa que sejam cumpridas rigorosamente todas as exigências constantes no “Caderno de Encargos”, e nos “Contratos de Concessão”, especialmente no que concerne às contrapartidas e responsabilidades sociais empresariais.

No entanto, e pese embora a existência de legislação específica, na forma de Lei n.º 2/2004, que facilitou a adopção de medidas restritivas de direitos e liberdades, e sem indagações quanto à sua legalidade e / ou constitucionalidade, na gestão da pandemia causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, as candidatas ao concurso de futuras concessões de licenças do jogo deparam-se com um espectro de incerteza em relação ao método, e ao conjunto de medidas sanitárias, que irão ser adoptadas, no futuro, em relação ao combate a crises sanitárias, dentro do contexto actual, em que estas decisões estão dependentes das sugestões das instituições de consultadoria contractadas do interior do continente, que acabam por ser implementadas pelas autoridades locais de forma inadequada, inconveniente, negligente e desplicente.

Nesta conjuntura, como poderão as candidatas ao concurso de futuras concessões de licenças do jogo apresentar, e cumprir com integridade, as propostas de acordo com as exigências do Caderno de Encargos, com previsões apropriadas sobre a visita anual de turistas estrangeiros, sem que se consiga perspectivar, neste momento, o fim da pandemia da COVID-19, e o número de confinamentos, e suspensões temporárias, a que os casinos, e a sociedade em geral, irão estar sujeitos a curto e médio prazo? Muito provavelmente, nem a própria Comissão do concurso público, para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casinos, conseguirá avançar com estas

explicações aos concorrentes, para que estes possam apresentar as suas propostas de uma forma articulada.

Neste enquadramento, existe uma forte probabilidade de que sejam efectuados compromissos de difícil concretização, com prejuízo para os interesses da RAEM e dos seus cidadãos.

Ainda recentemente, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos recebeu a reclamação de um residente permanente, que denunciou o processo de prolongada espera, a que a sua esposa, com dois filhos menores, tinham sido submetidos, após o seu desembarque, às 16h00, no Aeroporto Internacional de Macau (AIM), depois de uma longa viagem proveniente da Europa, em que só foram alojados no hotel, para efeitos de confinamento, no dia seguinte pelas 07h00. Neste voo, vinham mais 80 passageiros que também tiveram de passar a noite permanecendo sentados em bancos de plástico, com menores a chorar. Ou seja, depois de uma longa e cansativa viagem, foram sujeitos a ter que suportar uma espera de mais de 12 horas, com sanitários de uso comum, indecentes, e sem a devida e adequada alimentação, principalmente para as crianças, num processo inqualificável de abandono.

Decorridos quase três anos, desde o início da pandemia, e gastos mais de 1680 mil milhões de patacas, continuamos a assistir, continuamente, a uma total descoordenação no processamento da chegada dos passageiros ao Aeroporto Internacional de Macau (AIM), pelo que é pertinente questionar como irão as concessionárias do jogo atrair turistas, do estrangeiro, com esta multiplicidade de medidas sanitárias desarticuladas e desproporcionais, e uma descoordenação inacetável na sala de visitas, por excelência, do território.

Como é que a indústria do jogo de Macau conseguirá competir com o profissionalismo das autoridades da Tailândia, Japão, Vietname, Camboja, ou Singapura?

O Governo deve avançar de imediato com planos concretos de revitalização da economia, tanto na indústria do jogo, como em relação às pequenas e médias empresas, com o objectivo de atrair turistas para a indústria de convenções e exposições, e procedendo à eliminação das medidas burocráticas administrativas de retenção dos passageiros Aeroporto Internacional de Macau (AIM), substituindo-as por quarentenas domiciliárias, com o recurso aos Códigos de Saúde, vermelho, amarelo e verde.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 11.08.2022 Problemas com a realização de obras viárias

Em Macau existem muitos veículos e as ruas são estreitas, portanto a realização de obras viárias aumenta a pressão do trânsito. Todos os anos, as férias de Verão são um período dourado para realizar obras viárias, no entanto, em Junho deste ano, devido a uma nova vaga da pandemia, as obras viárias foram impedidas e, com a estabilização da pandemia, a sociedade regressou gradualmente à normalidade. Várias obras foram retomadas ao mesmo tempo, e algumas delas encontram-se em vias principais, e devido à instabilidade do tempo, aumenta a pressão do trânsito, afectando as deslocações dos residentes.

Estão em curso duas obras nos cruzamentos entre a Avenida de Horta e Costa e a Avenida do Almirante Lacerda, e entre a Avenida do Ouvidor Arriaga e a Avenida do Almirante Lacerda, que são as duas vias principais de ligação entre a zona central e a zona norte, rota de várias carreiras de autocarros, com um grande fluxo diário de veículos, sendo frequentes os engarrafamentos durante as horas de ponta. Para além disso, os locais das referidas obras têm um grande fluxo de pessoas e ocupam área muito extensa, o que aumenta a pressão do trânsito nas vias envolventes, causando engarrafamentos e dificultando as deslocações dos veículos e dos peões.

As obras rodoviárias têm inevitavelmente impacto para o trânsito nas zonas mais movimentadas, no entanto, os serviços competentes podem, através dos planos de obras, do andamento das obras e dos alertas dos desvios do trânsito, aumentar os conhecimentos dos residentes sobre as obras nas diversas zonas da cidade. Assim, sugere-se às autoridades que reforcem, rapidamente, as funções de envio de mensagens nas plataformas sociais e nas aplicações de telemóvel, melhorem as indicações nas zonas com obras, ou através de infografias reforcem a divulgação das informações sobre os desvios do trânsito, continuem a divulgar as novas medidas provisórias complementares do trânsito e informações mais actualizadas sobre as medidas do trânsito e a data da sua implementação após a conclusão das obras rodoviárias, para que os cidadãos possam planear com antecedência os seus percursos; podem ainda colocar avisos visíveis nos locais onde decorrem as obras, para que os condutores consigam desviar-se e chegar ao destino. Devem também continuar a monitorizar o impacto causado ao trânsito das zonas circundantes, especialmente nas horas de ponta, mobilizando, de forma flexível, recursos humanos para fazer face às situações de congestionamento, reforçando as orientações de trânsito e coordenando os trabalhos de comando nas redes rodoviárias das suas proximidades, com vista a reduzir os engarrafamentos.

Ao mesmo tempo, espero que o Governo continue a aperfeiçoar os trabalhos interdepartamentais do Grupo de Coordenação das Obras Viárias e que acelere a implementação do regulamento administrativo sobre o regime de coordenação

das obras viárias públicas, com vista a otimizar o mecanismo de fiscalização das obras viárias, elevar a taxa de execução das obras e coordenar, de forma contínua, as diversas obras em curso ao mesmo tempo, a fim de reduzir o prazo das obras, evitar a repetição de escavações e reduzir o impacto para os cidadãos.

Falta menos de um mês para o início das aulas, portanto, as autoridades devem acelerar o andamento das obras, para que as mesmas possam ser concluídas rapidamente e o trânsito volte a circular, sob a premissa de garantir a qualidade das obras; e os serviços competentes devem preparar bem os planos de trânsito para o início das aulas, a fim de garantir em conjunto a segurança rodoviária no início do novo ano lectivo.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 11.08.2022

Prestar atenção aos trabalhos de prevenção da epidemia prestados aos grupos-chave em ambiente de alta temperatura, para evitar tragédias por causa de insolação

A insolação é vulgarmente conhecida por “carrasco das altas temperaturas”, é uma doença provocada pela avaria da função de ajustamento da temperatura corporal devido à acumulação excessiva de calor, que pode resultar em danos dos órgãos neurológicos e até na morte. Essa doença acontece frequentemente no Verão e em ambientes de alta temperatura e muito húmidos.

Segundo a comunicação social, em várias cidades da China, nomeadamente, nas províncias de Jiangsu, Zhejiang, Xangai e Sichuan, entre outras, já foram confirmados muitos casos de insolação, alguns envolvendo profissionais de saúde que usam vestuário de prevenção e controlo da epidemia e trabalham em ambientes com fraca ventilação, e até já se registaram mortos.

No dia 18 de Junho, registou-se um surto epidémico em Macau, que provocou um aumento dos casos confirmados. Para controlar rapidamente a epidemia, o Governo concluiu mais de 10 rondas de testes de ácido nucleico em massa e, para concretizar a política “dinâmica zero”, mobilizou muitos recursos humanos, muitos voluntários, funcionários públicos e profissionais de saúde, que lutaram sem descanso e sem parar na linha da frente, usando fatos que permitiam uma boa ventilação, e as horas de trabalho prestadas pelas Forças de Segurança também aumentaram significativamente, passando de 44 para mais de 60 horas semanais.

O que nos comove é que Macau, com os esforços incansáveis dos trabalhadores da linha de frente e a colaboração dos cidadãos, conseguiu alcançar a meta zero infecções e reabrir a fronteira com o Interior da China. Contudo, temos de estar atentos porque estes trabalhadores estão entre os grupos com maior risco de insolação. Os Serviços Meteorológicos decretaram, na manhã do dia 24 de Julho, um alerta laranja de temperatura, e, num futuro próximo, a temperatura máxima vai atingir os 36 graus Celsius.

Os trabalhadores da linha de frente trabalham ao ar livre e estão expostos ao calor, e o aquecimento do corpo, o suor e o ambiente quente e húmido são factores que contribuem para a insolação. As lesões dos órgãos nervosos

causadas pela insolação têm consequências graves e são irreversíveis, portanto, é preciso prestar muita atenção.

Não podemos ignorar o trabalho árduo dos trabalhadores da primeira linha de prevenção da epidemia, porque sem a sua defesa rigorosa não teríamos conseguido conter rapidamente a grave situação da epidemia. Assim, proponho ao Governo que recompense atempadamente os trabalhadores da Função Pública, dos cuidados médicos, e das Forças de Segurança, para estimular o moral e lhes transmitir confiança, com as devidas compensações, para que continuem a servir bem a população. É preciso também prestar atenção ao ambiente e às necessidades de trabalho na prevenção de epidemias, por exemplo, criar um sistema científico e racional de trabalho por turnos, para garantir que os trabalhadores tenham tempo suficiente de descanso, e garantir, atempadamente, que tenham material logístico suficiente para o Verão, por exemplo, ventoinhas, resfriadores e outros equipamentos de arrefecimento, e ainda bebidas.

Por fim, afirmo mais uma vez que a insolação é muito perigosa, e se não for tratada atempadamente, pode ter consequências graves e até ser mortal, e mesmo com tratamento, deixa várias complicações que afectam seriamente o dia-a-dia. Por isso, é importante dar atenção às pessoas que trabalham na prevenção da epidemia nos dias de elevada temperatura, evitando que sofram de insolação.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 11.08.2022
Definir o mecanismo de acompanhamento dos relatórios dos dois
Comissariados e melhorar o regime de responsabilização para aumentar a
eficácia das acções governativas

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou o Relatório de Actividades de 2021, do qual consta o resumo de 3 sindicâncias e 12 inquéritos. Por exemplo, no caso dos “portões corta-fogo do Edifício do Bairro da Ilha Verde”, houve falta de comunicação interserviços, destacando-se a situação de “cada um agir à sua maneira”, as acções governativas foram afectadas devido à falta de comunicação entre as subunidades de um departamento de uma direcção de serviços, e o problema de “estados feudais” continua a ser grave, portanto, o Governo deve prestar atenção a isto e proceder às devidas melhorias.

Mais, na prestação de serviços, vários serviços públicos não comunicaram nem prestaram explicações suficientes aos requerentes, o que resultou em problemas que poderiam ser evitados, e os mesmos acabaram por ser alvo de críticas e queixas dos residentes. Os casos elencados no Relatório também revelam que os dirigentes e as chefias dalguns serviços não conhecem bem o regime jurídico da Função Pública e até as leis respeitantes às competências dos seus serviços, e citaram erradamente preceitos legais, resultando no atraso das acções governativas e no aumento dos custos administrativos, afectando a eficácia administrativa e prejudicando o interesse público.

Os referidos problemas demonstram que urge melhorar a cooperação interdepartamental, a comunicação com a população e os conhecimentos jurídicos dos funcionários públicos, e que o pessoal de direcção e chefia de alguns serviços públicos não demonstraram rigor na gestão e falharam no acompanhamento e na fiscalização, o que afectou a eficácia da governação. De facto, os relatórios do CCAC e do CA (incluindo o referido relatório de trabalho) têm revelado, ao longo dos anos, vários problemas semelhantes, no entanto, continuam a repetir-se alguns “velhos problemas”, e a população nada sabe sobre se os serviços envolvidos procederam activamente aos devidos acompanhamento e melhorias.

É de notar que, quanto ao aperfeiçoamento do mecanismo de responsabilização, segundo o Presidente Xi Jinping, há que persistir na responsabilização, e a responsabilização deve ser rigorosa, mais, há que combinar a fiscalização e supervisão, a avaliação dos objectivos e a responsabilização, para as matérias relacionadas com conteúdo, destinatário, assunto, tema, procedimento e método de responsabilização serem previstas nas leis e regulamentos. Se o Governo estiver determinado em elevar a capacidade de governação, deve estudar e tomar isto como referência.

Assim, quanto ao aperfeiçoamento do regime de responsabilização dos dirigentes e à criação de um mecanismo de avaliação de desempenho e de acompanhamento dos relatórios dos referidos dois Comissariados, apresento as

seguintes opiniões e sugestões:

1. Para além das competências dos dirigentes de diferentes categorias constantes do ETAPM, o mais importante é rever também as “Disposições fundamentais do estatuto do pessoal de direcção e chefia” e as disposições complementares, com vista à criação de um regime disciplinar próprio. Solicita-se ao Governo que concretize, quanto antes, o plano destes trabalhos e defina a sua calendarização, criando um regime de responsabilização baseado no princípio da correspondência entre poderes e responsabilidades, com vista a assegurar a eficácia das acções governativas.

2. A eficácia das acções governativas tem implicações com os interesses gerais da sociedade, por isso, as deficiências das acções governativas devem ser reflectidas na avaliação de desempenho dos dirigentes. Sugere-se que os relatórios dos dois Comissariados sirvam como critério de referência para a apreciação do desempenho do pessoal de direcção e para a avaliação do pessoal de chefia. Quanto aos problemas já comunicados e que ainda não foram resolvidos, estes devem servir como factor de referência para a renovação do mandato dos dirigentes.

3. Para além dos mecanismos do CCAC de “olhar para trás” e do CA de “Efeitos dos relatórios de auditoria nos últimos anos”, os serviços públicos devem criar mecanismos de acompanhamento dos relatórios dos dois Comissariados, para corrigir os problemas identificados e divulgar, na sociedade, o ponto de situação do acompanhamento e do aperfeiçoamento dos mesmos, com vista a aumentar a transparência das acções governativas; mais, os serviços públicos devem rever e tomar como referência os conteúdos dos relatórios dos dois Comissariados, a fim de evitar a repetição dos problemas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.08.2022

Implementação do plano urbanístico verde e promoção do desenvolvimento de baixo carbono em Macau

Para dar resposta às alterações climáticas globais, e em articulação com a meta nacional de atingir o pico de emissões de carbono e chegar depois à sua neutralidade, o desenvolvimento verde e de baixo carbono é o futuro rumo do desenvolvimento de Macau, sendo um factor importante para a concretização do desenvolvimento sustentável.

O Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025), publicado este ano pelo Governo, apresenta a expectativa “Transformar Macau num centro de baixo carbono e criar em conjunto uma vida ecológica”, esperando-se que, em articulação com a divulgação e implementação do 14.º Plano Quinquenal do País e das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, se acelere a promoção do desenvolvimento de baixo carbono em Macau.

No entanto, embora o Planeamento sugira a construção de uma cidade verde e a implementação de veículos movidos a novas energias, entre outros indicadores estratégicos, na prática, ainda há diferentes problemas.

Por exemplo, quanto à construção de uma cidade verde, o Governo afirmou que ia promover, activamente, a construção ecológica e incentivar a utilização de produtos de energias renováveis na concepção arquitectónica. No entanto, nos termos da Lei n.º 14/2017 (Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio), para a realização das obras de renovação ou remodelação nas partes comuns de um edifício, é preciso obter votos dos proprietários que representem dois terços do total do condomínio.

Assim, para a realização de obras num edifício, como a instalação de um sistema de energia solar fotovoltaica no terraço, a manutenção das paredes exteriores, a instalação de postos de carregamento no parque de estacionamento e a alteração na entrada para a construção de um acesso sem barreiras arquitectónicas, é necessário obter o consentimento de dois terços dos proprietários, portanto, muitas comissões de condóminos deparam-se com muitas dificuldades na respectiva execução.

Em 2015, o Governo lançou o Regulamento de segurança e instalação das interligações de energia solar fotovoltaica, com a esperança de que a CEM pudesse celebrar com o instalador um contrato de aquisição de energia fotovoltaica, com a duração máxima de 20 anos e cujos custos fossem recuperados num prazo razoável, para incentivar a instalação do sistema fotovoltaico. É de salientar que, desde o lançamento do respectivo plano, foram

recebidos só 5 pedidos, o que demonstra que há ainda um longo caminho a percorrer para a promoção da construção verde.

Tendo como referência a prática da Província de Guangdong, esta lançou este ano o “Programa da conservação energética e do desenvolvimento da construção verde”, com 6 indicadores definidos, o que aumenta as exigências de conservação energética para as novas construções e também regulamenta as remodelações das construções existentes, para corresponder à qualidade verde. Foi proposta especialmente a remodelação das construções existentes, em conjugação com a construção da “cidade de esponja”, a renovação urbana e a criação de comunidades verdes, etc. Serão lançadas ainda medidas de incentivo para apoiar a população na substituição de produtos de alta eficiência, com vista à construção, em conjunto, de uma comunidade verde.

A construção de “edifícios verdes”, enquanto importante símbolo de uma cidade verde, não só permite o bom aproveitamento das energias renováveis e dos materiais de construção amigos do ambiente, reduzindo as emissões de carbono e os resíduos, como também permite a conservação energética, a poupança de água e o bom aproveitamento de outros recursos. Através da concepção, pretende-se atingir a iluminação e a ventilação naturais, e o aumento da qualidade do ar no interior, para proporcionar aos residentes um ambiente habitacional confortável e elevar a sua qualidade de vida. Assim, os resultados serão melhores.

À medida que o País está a acelerar a implementação do conceito de protecção ambiental e das técnicas de gestão moderna, espero que o Governo reveja rapidamente os respectivos diplomas legais, concretize o plano de construção da cidade verde e exija a adopção das técnicas de construção verde nas construções públicas e privadas. Mais, em coadunação com o desenvolvimento dos projectos de renovação urbana, deve estudar a implementação de projectos das construções verdes novas e antigas, promovendo o desenvolvimento sustentável da cidade consoante as condições locais, para concretizar a “Vida Verde, Macau de Baixo Carbono”.

IAOD do Deputado Kou Kam Fai em 11.08.2022

O trabalho em conjunto do sector da educação e o esforço de todos os departamentos na optimização do plano de combate à epidemia

Com a estabilização da situação epidémica, Macau volta gradualmente à normalidade. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer sinceramente à população pela sua cooperação, e também a todos os funcionários públicos, organizações sociais, trabalhadores de diferentes instituições e voluntários pelo seu trabalho durante a epidemia!

Desde o primeiro teste em massa de ácido nucleico, em Agosto do ano passado, muitas escolas em Macau tornaram-se em postos de testagem, e o seu número ultrapassou vinte, em comparação com os mais de dez postos iniciais, o que reflecte o esforço conjunto do sector educativo de Macau e o firme empenhamento de todos os da linha da frente de prevenção e controlo da epidemia. Assim, um grande número de colegas educadores reuniu-se para participar nas tarefas de testagem de ácido nucleico, servindo o público e também demonstrando a responsabilidade da comunidade educativa, dando o seu pequeno contributo.

Ao mesmo tempo, também testemunhámos o trabalho do Governo na optimização contínua das orientações e dos planos operacionais relevantes para a testagem, tendo como base as experiências anteriores, o que contribuiu para a redução do tempo de amostragem, o aumento dos locais de testagem, e a entrada em funcionamento de postos móveis instalados em veículos, para reduzir o tempo de espera e os riscos de aglomeração de pessoas. Mais, com o aumento da capacidade de análise dos laboratórios, a revisão dos resultados de amostragem passou a ser feita com seis conjuntos de amostras em vez de dez.

Acumulada alguma experiência prática, e com a coordenação e cooperação de todas as partes, a organização e o fluxo de trabalho nos postos de testagem foram continuamente melhorados e sistematizados: o número de postos aumentou de mais de 40, no teste massivo do ano passado, para 70 na décima quarta ronda de testagem, o tempo de espera reduziu-se para 28 horas, o que melhorou muito a capacidade de detecção de perigos ocultos, e garantiu a eficácia da prevenção e do controlo da epidemia; a disciplina, a ordem e a triagem nos postos foram melhoradas, a sinalização nos canais para indivíduos com código de saúde normal, ou código amarelo e para aqueles com necessidades especiais era clara; o processo de registo foi simplificado, reduzindo o contágio através do diálogo entre pessoas e o tempo de espera; e a divulgação das informações foi feita com

infografias em diversos idiomas para satisfazer as necessidades das pessoas de diversas nacionalidades e assegurar que todos os que estão em Macau possam receber de forma coerente e atempada as informações importantes.

Neste momento, o mundo continua preocupado com a situação epidémica, o vírus ainda está em constante mutação e há muitas incertezas sobre a epidemia. Para além dos resultados obtidos no combate à epidemia, devemos ainda fazer um balanço das experiências adquiridas, elevando continuamente a capacidade e o nível de resposta a incidentes súbitos de saúde pública em Macau, assegurando a saúde dos docentes e alunos, a segurança escolar e a ordem no ensino durante o período de prevenção e controlo da epidemia. Em Abril deste ano, o Ministério da Educação, em conjunto com a Comissão Nacional de Saúde, publicou uma série de programas e orientações técnicas para a prevenção epidémica em escolas de diferentes níveis de ensino, com orientações claras. Acredita-se que as autoridades locais de educação vão tomar como referência esse trabalho, e aperfeiçoar ainda mais as medidas de prevenção e controlo epidémico nas escolas, criando um conjunto de estratégias e mecanismos para a prevenção e resposta à crise da epidemia, e construindo uma boa linha de defesa nas escolas.

De facto, há insuficiências nas nossas políticas e medidas de prevenção da epidemia. Mas, há dias, na sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou que, com base nos problemas surgidos, devemos fazer um balanço das experiências, enfrentá-los e resolvê-los com coragem. Depois da crise, essas insuficiências serão detectadas para acompanhamento da situação. No futuro, acredita-se que, através da conjugação de esforços e do *feedback* dos diversos sectores sociais, o Governo irá certamente seguir esta tendência e fazer o balanço das experiências de diversas partes, a fim de elaborar planos melhores e mais otimizados para responder aos desafios.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.08.2022

Trabalhos preparatórios do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

Após o Governo anunciar, no ano passado, que a operação, a gestão e a prestação de serviços do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas (Hospital das Ilhas) serão desenvolvidas pelo *Peking Union Medical Hospital*, afirmou recentemente que ia criar, em breve, a “Comissão para o Desenvolvimento Estratégico do Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital/Hospital de Macau*”, constituída por oito elementos, bem como o “Gabinete Preparatório”, com natureza de equipa de projecto, para promover e coordenar eficazmente os diversos trabalhos preparatórios para a utilização do Novo Hospital, incluindo a elaboração da estrutura organizacional, do mecanismo de gestão e de funcionamento, do regime de pessoal, do planeamento de recursos humanos e do programa de formação do pessoal, etc. Este projecto é uma parte importante do aperfeiçoamento do sistema de saúde e da construção de *software* e *hardware*, pelo que a sociedade espera que, face ao envelhecimento da população de Macau e ao aumento crescente dos riscos para a saúde pública, possa haver uma base mais sólida para a protecção da saúde dos cidadãos; e os profissionais de saúde também esperam obter mais informações para se prepararem para a integração no futuro desenvolvimento do sector da saúde.

A cooperação entre o Hospital das Ilhas e o *Peking Union Medical College Hospital* constitui uma nova experiência no desenvolvimento dos cuidados de saúde de Macau. O referido Hospital de Pequim é um dos três melhores no “*ranking*” da China, e a cooperação vai criar uma nova oportunidade para elevar a qualidade dos cuidados de saúde de Macau. É de salientar que, no passado, em Macau havia falta de recursos humanos na área da saúde, e a procura de médicos especialistas era cada vez maior. O Hospital das Ilhas vai entrar passo a passo em funcionamento a partir do quarto trimestre de 2023 e, para satisfazer a grande procura de recursos humanos, porque só resta quase um ano para a entrada em funcionamento, torna-se necessário acelerar os trabalhos preparatórios para a captação em “número” suficiente de recursos humanos com “qualidade” na área da saúde. No ano passado, na sessão de perguntas e respostas neste hemiciclo, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia seleccionar alguns finalistas de medicina para estagiarem, por um período de dois anos, no referido Hospital de Pequim, e que, depois de regressarem a Macau, poderiam continuar a trabalhar sob a orientação e o acompanhamento de médicos do Hospital das Ilhas. Pelo exposto, sugiro aos serviços competentes e ao Gabinete Preparatório do Centro Médico de Macau do referido Hospital de Pequim que acelerem a harmonização entre os diversos trabalhos e que concluam rapidamente a proposta sobre o regime de gestão do Hospital das Ilhas e a definição dos métodos de recrutamento e de avaliação do futuro pessoal do novo hospital, e os divulguem, o mais cedo possível, para que os actuais profissionais de saúde, os estudantes do curso de medicina e os residentes que pretendam dedicar-se à área da saúde se possam

preparar mais cedo. Mais, há que desenvolver, de forma ordenada e rapidamente, o plano de estágio em Pequim.

Mais, Macau tem vindo a cooperar com as entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos na área da saúde. Na minha opinião, o futuro hospital das Ilhas deve prestar um maior apoio à melhoria da qualidade das instituições médicas privadas e sem fins lucrativos, e ao seu pessoal. Com a entrada em vigor do “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde”, e a realização, em breve, do primeiro exame de acreditação dos 15 tipos de profissionais de saúde, o nosso pessoal de saúde passa a ter uma melhor base para o seu desenvolvimento profissional. Espera-se, no futuro, através da tecnologia médica avançada do *Pekin Union College Medical Hospital*, proporcionar aos profissionais de saúde do sector privado e sem fins lucrativos mais oportunidades de formação especializada, desenvolvimento profissional, estágio e emprego, bem como aproveitar a oportunidade para rever e estudar o projecto de optimização do sistema de protecção de saúde de Macau, orientando, assim, o desenvolvimento divergente das instituições médicas públicas, privadas e sem fins lucrativos.

Há dias, o Chefe do Executivo afirmou que ia envidar esforços para que o *Peking Union College Medical Hospital* estabelecesse em Macau um centro regional de saúde, a fim de impulsionar o desenvolvimento do turismo, da macro saúde e dos seguros. Sugiro que os sectores da saúde, do turismo e das finanças se possam unir para apresentar opiniões sobre as novas indústrias e resolver as limitações do actual regime; e aproveitar as instalações completas do Complexo hospitalar e as vantagens de *software* das tecnologias médicas, bem como as bases do sector do turismo e do sector financeiro de Macau, para concretizar a ideia de novas indústrias, que não só podem prestar serviços de saúde convenientes e de qualidade aos cidadãos, como também impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia, construindo em conjunto um lar saudável e próspero para Macau.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 11.08.2022

Optimizar as medidas de apoio ao emprego, para garantir o desenvolvimento dos jovens

O Governo lançou medidas de apoio ao emprego, incluindo o plano de formação subsidiada e o Plano de Estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho”, e subsídios para incentivar as empresas a criar mais postos de trabalho, e optimizou, na primeira medida de apoio económico de 10 mil milhões de patacas, o referido plano de formação subsidiada. Estes trabalhos e esforços merecem o reconhecimento da sociedade. No entanto, há sempre quem entenda que, se a promoção desses planos e medidas não for apoiada, os formandos dificilmente conseguirão um emprego. As medidas de apoio ao emprego, na sua maioria, são efectuadas em *offline*, mas, sob a normalização da prevenção da epidemia, as dificuldades são muitas. As férias de Verão são a época para os recém-graduados arranjam emprego, mas o recente surto levou à suspensão de todos os serviços de apoio, impedindo o acesso dos jovens ao emprego e revelando as limitações dos serviços *offline*. Assim, sugiro que, para os jovens conseguirem um emprego, o Governo tome como referência o Aviso sobre a melhor execução dos trabalhos relativos ao emprego e ao empreendedorismo para os recém-graduados das instituições de ensino superior, divulgado pelo Gabinete do Conselho do Estado em Maio, no qual se refere expressamente que o acesso ao emprego dos recém-graduados tem a ver com o bem-estar do povo, o desenvolvimento económico e o futuro do País, e são apresentadas 20 sugestões em 5 áreas.

A fim de melhorar o acesso ao emprego dos jovens e formar uma base sólida para o desenvolvimento da diversificação industrial, apresento as seguintes três sugestões:

1. Reforçar a promoção do emprego nas indústrias emergentes

Os jovens são a força motriz do desenvolvimento industrial, e para alargar os seus horizontes, há que começar pela educação. Sugere-se às autoridades que avancem com a publicidade, por exemplo, apresentações sobre as indústrias emergentes, classificação de profissões e respectivos requisitos e desenvolvimento, e que, com base nas actuais actividades regulares a desenvolver nas escolas, reforcem a publicidade e a cooperação com as escolas nas diversas fases de ensino, no sentido de aumentar o interesse dos alunos nas respectivas disciplinas e de alargar as áreas de emprego dos graduados do ensino superior, introduzindo assim uma nova dinâmica no desenvolvimento das indústrias emergentes de Macau. Mais, o Governo recorria a diversas bolsas de estudos e especiais para incentivar os jovens a dedicarem-se a uma determinada área profissional, exigindo-lhes a apresentação de uma declaração com o compromisso de trabalhar em Macau após a graduação, exigência essa que foi relaxada em 2018, pois o local de trabalho passou a abranger o Interior da China. Contudo, este relaxamento não se aplica às candidaturas antes de 2018.

Sugere-se às autoridades que revejam esta situação e estudem a viabilidade de alterar à respectiva declaração, com vista a criar mais condições favoráveis para os jovens se desenvolverem na Grande Baía.

2. “Medidas convergentes” para aumentar as oportunidades de emprego dos jovens

Tomando como referência as experiências de outras regiões, o apoio ao emprego baseia-se, principalmente, na conjugação entre a formação e o emprego. Olhando para o exemplo do “*Youth Employment and Training Programme*(YETP)” de Hong Kong, as medidas incidem sobre a formação, o emprego e o tempo de permanência em funções dos formandos, bem como os subsídios aos empregadores, entre outras, de modo a apoiar de forma diferente e adequada os jovens a encontrarem um emprego estável. Em Macau, pelo contrário, adopta-se uma única medida, portanto, sugiro ao Governo que reveja e aperfeiçoe as actuais medidas de apoio ao emprego, implemente planos de apoio integrados e contínuos e desenvolva uma série de serviços de apoio ao emprego destinados aos jovens, para aumentar o “efeito sinérgico” entre as medidas individuais de emprego, reduzindo ao mesmo tempo o custo administrativo do requerimento das diferentes medidas, contribuindo para o emprego dos jovens e evitando problemas.

3. Criação de uma plataforma integrada *online* de informações sobre o emprego

Na “Comunicação sobre como melhorar ainda mais os trabalhos de emprego e empreendedorismo dos jovens, incluindo os graduados das instituições de ensino superior” do País, propõe-se expressamente o reforço contínuo dos serviços de apoio ao emprego, e um dos pontos fulcrais é o alargamento dos serviços da plataforma de emprego *online*. No passado, os serviços competentes do Governo também deram um *feedback* positivo sobre o rumo de melhoramento dos serviços *online*. Assim, proponho ao Governo que crie, quanto antes, uma plataforma de apoio ao emprego *online*, para prestar apoio aos jovens na procura de emprego, formação e informações, quebrando as limitações de tempo e de espaço, proporcionando-lhes oportunidades de emprego, 24 horas por dia, ininterruptas e em todas as vertentes.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 11.08.2022

Introdução da tecnologia inteligente para a prestação de cuidados aos idosos para atenuar a pressão resultante do envelhecimento populacional

A sociedade de Macau está a envelhecer e, actualmente, os idosos com mais de 65 anos já ultrapassam 12 por cento da população total, prevendo-se que atinjam os 16 por cento em 2026. O envelhecimento da população e a baixa taxa de natalidade constituem uma grande pressão para a prestação de cuidados aos idosos em Macau. Assim, ao implementar a política de cidade inteligente, o Governo deve dar mais atenção às necessidades dos idosos e dos grupos vulneráveis, e introduzir várias tecnologias inteligentes para os idosos, instalando e melhorando os equipamentos tecnológicos em todos os lares de idosos e de reabilitação. Essas tecnologias devem ser também alargadas gradualmente às construções públicas, aos apartamentos para idosos e aos bairros comunitários. Deve-se promover, de forma eficaz e através de várias forças profissionais, a prestação de cuidados inteligentes aos idosos, a fim de garantir a sua segurança, elevar a qualidade dos serviços prestados e atenuar a pressão sentida pelos recursos humanos.

Recentemente, a morte de um artista idoso de renome no quarto de um hotel na cidade vizinha suscitou a atenção da sociedade para a segurança dos idosos em casa. Em Macau, também se registou um caso de morte de um idoso em casa, que foi descoberto depois de muito tempo pelos vizinhos que chamaram a polícia devido ao cheiro no local. De facto, essas tragédias podem ser totalmente evitadas, e espero que o Governo retire os devidos ensinamentos, e que, no âmbito do planeamento de uma cidade inteligente, adote activamente equipamentos inteligentes para os cuidados aos idosos, por exemplo, aparelhos de detecção de quedas, vigilância cardíaca, equipamentos para sair da cama, equipamentos para pedir socorro, etc., a fim de evitar mais acidentes infelizes.

Segundo o relatório de um estudo, entre os idosos com mais de 65 anos que vivem nos bairros comunitários, em média, 1 em cada 5 já sofreu uma queda por ano, 10 a 15 por cento dos quais sofreram ferimentos graves, como ferimentos na cabeça ou fracturas e, segundo esse estudo, a introdução dos equipamentos inteligentes referidos pode aumentar, eficazmente, a segurança dos idosos nos bairros comunitários e nas suas casas, por isso, exorto o Governo a dar prioridade à introdução de equipamentos inteligentes em diversas construções públicas, por exemplo, nos diversos serviços públicos, nas instalações públicas, como nas

bibliotecas, no metro ligeiro, etc., e o mais importante é que devem ser generalizados nos apartamentos em construção destinados a idosos e até nos lares de idosos privados, a fim de prevenir eficazmente a ocorrência súbita de doença, queda e morte, reforçando a supervisão da segurança e fornecendo mais protecção à saúde e à segurança dos idosos.

Mais, a oferta tem sido aquém da procura nos serviços para idosos e de reabilitação. Com o aumento constante do número de idosos, e considerando o aumento da procura por parte dos portadores de deficiência e as questões, entre outras, das famílias com duplo envelhecimento, as exigências de cuidados de longo prazo estão a ser cada vez mais complexas, e os respectivos recursos humanos, cada vez mais escassos. Em especial, no caso dos cuidadores que convivem com os idosos, destinatários do seu serviço, como a sua procura é cada vez maior, o sistema de cuidados para os idosos precisa ainda de depender da assistência de muitos trabalhadores não residentes, o que, para além de ser um enorme encargo financeiro a longo prazo, dificulta o aumento da qualidade dos serviços para idosos. Assim, apelo ao Governo e às autoridades para ponderarem financiar, de forma integral, todas as instituições de Macau para a aquisição e a optimização dos equipamentos inteligentes para os serviços para idosos, por exemplo, um sistema de monitorização e gestão central, a fim de os cuidadores responsáveis por postos diversos poderem estar a par da situação dos respectivos destinatários em tempo real, e o pessoal médico poder dominar os dados de saúde e sinais vitais, o que contribuirá para encurtar o tempo de tratamento, diminuir a probabilidade de ocorrer um erro e alcançar uma gestão de saúde com uma eficiência mais elevada. Mais, pode-se também introduzir mais máquinas e equipamentos inteligentes, como fraldas inteligentes, passadeiras de corrida, máquinas de lavar cabelo, etc., o que pode aliviar o gasto da energia física dos cuidadores e dos idosos, e contribuir para o aproveitamento do tempo poupado para se atender à saúde psicológica ou demais necessidades pessoais dos idosos, uma solução mais eficiente para a falta de recursos humanos, capaz de oferecer mais uma garantia aos destinatários dos respectivos serviços e de aumentar a qualidade destes.

Ao mesmo tempo, apelo ao Governo para uma cooperação contínua com as forças profissionais oriundas de diversas partes, com vista à promoção dos serviços inteligentes para idosos e à criação de uma sociedade inteligente e segura, o que, para além de contribuir para um ambiente mais saudável e confortável para os idosos na sua velhice e para os grupos vulneráveis, pode também aliviar a carga do sistema de saúde e dos cuidados de saúde comunitários.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.08.2022

O novo surto da epidemia de 18 de Junho foi agressivo. Graças ao apoio e à colaboração de todos os estratos sociais e dos voluntários, bem como à dedicação de todos os funcionários públicos e profissionais de saúde, incluindo os de apoio do Interior da China, para assumir a pesada responsabilidade da prevenção epidémica, Macau levantou, finalmente, o estado de prevenção imediata ao meio-dia do dia 2 de Agosto. Espero que o Governo continue a fazer o seu melhor para prevenir e combater a epidemia, em prol da protecção da vida e saúde dos residentes.

Esta onda da epidemia criou um fardo pesado para a situação socioeconómica de Macau, que já está muito delicada. Face a isto, o Governo lançou, atempadamente, uma nova ronda de medidas de assistência, o que demonstrou, plenamente, a sua determinação em “estabilizar a economia e assegurar a qualidade de vida da população”. Porém, nos últimos dois anos não parou de haver surtos repetidos no mundo, causando vários graus de dificuldades às PME de Macau. Algumas das lojas optaram, ainda, por fechar, devido a dificuldades de exploração, incluindo as lojas culturais e criativas de Macau, que são bem conhecidas do público, o que é uma tristeza. Na realidade, sob o impacto da epidemia, o modelo de consumo do público está a mudar gradualmente, aliás, o consumo em lojas físicas passou a consumo *online*, e a epidemia também catalisou uma mudança no modelo empresarial das empresas, com muitas delas a inovar e a digitalizar de forma activa. Antigamente, os negócios eram feitos em lojas, e agora são feitos *online* e *offline*, e o ajustamento flexível do modelo de exploração visa alcançar novo desenvolvimento. Mas é inegável que a maioria das PME em Macau segue o modelo tradicional de fazer negócios. Recentemente, na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que, no futuro, Macau vai dar prioridade ao desenvolvimento de quatro grandes indústrias, com destaque para o desenvolvimento da indústria das novas tecnologias. As empresas emergentes e as PME tradicionais têm de se adaptar às actuais mudanças na sociedade e necessitam de recorrer às novas tecnologias, pois só assim será possível evitar a sua eliminação no actual ambiente de prevenção contínua da epidemia. Face ao impacto do recente surto epidémico, acredita-se que é uma tarefa importante para o Governo apoiar as PME na utilização das novas tecnologias para elevar a sua capacidade de gestão e exploração das actividades, havendo ainda que aproveitar as quatro indústrias para impulsionar o desenvolvimento com as outras PME.

As PME estão a enfrentar grandes desafios de sobrevivência e precisam de procurar novas oportunidades de desenvolvimento face à epidemia. Assim, o Governo deve promover, de forma sistemática, a gestão das tecnologias de informação das PME, elaborar um plano aperfeiçoado para o desenvolvimento do comércio electrónico, otimizar e reforçar as diversas políticas de apoio, orientar e promover activamente a transformação e modernização das empresas no uso da tecnologia digital, acelerar a integração e as estratégias de desenvolvimento sob a

forma *online* e *offline*; e há que impulsionar ainda mais as PME a utilizarem as novas tecnologias para poderem aumentar as suas capacidades competitivas, criarem modelos de negócio digitais maduros e optimizarem a estrutura industrial, a fim de acelerar a construção de uma cidade inteligente, para que a diversificação da economia de Macau possa ter um desenvolvimento de longo prazo.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 11.08.2022

Concretizar o planeamento do desenvolvimento de veículos eléctricos e os respectivos elementos complementares e lançar medidas para apoiar a instalação de postos de carregamento nos lugares de estacionamento privados

Recentemente, foi publicado no Boletim Oficial da RAEM um despacho do Chefe do Executivo para a fixação dos critérios de tarifário aplicáveis ao carregamento dos veículos eléctricos, nos termos do qual o preço para o carregamento nos lugares públicos varia entre 1,42 e 4,4 patacas por quilowatt-hora (kWh), consoante o horário e a velocidade de carregamento, enquanto o preço para os lugares privados é entre 0,817 e 1,552 patacas por kWh, tarifário este que entrou em vigor em 28 de Julho. Esta informação repentina teve forte repercussão entre os proprietários de veículos eléctricos.

Apesar de o preço da electricidade de Macau ser relativamente mais elevado em comparação com as regiões vizinhas, o preço do carregamento é mais elevado do que em Hong Kong e Guangdong, sobretudo o do carregamento rápido nas horas de pico. Aliás, o custo do carregamento rápido é quase igual ao dos veículos tradicionais na actual conjuntura em que o preço dos combustíveis está alto. Mais, a definição das horas de pico e das horas mortas adoptada para o carregamento público não coincide com as aplicadas ao estacionamento nos auto-silos públicos. A par disso, nunca foi dado conhecimento à sociedade dos critérios de fixação do tarifário aplicável ao carregamento público, dos respectivos princípios e dos horários de cobrança. A medida em causa diminui significativamente a vontade dos residentes em optar por veículos eléctricos e contraria a política “deslocações verdes”. Mais, em 2018, as autoridades emitiram 100 alvarás de táxis eléctricos. Ora, segundo o vigente tarifário, o “carregamento lento” não corresponde aos custos de tempo decorrentes da exploração das actividades de táxi, enquanto o carregamento rápido é caro e implica, portanto, um aumento significativo da pressão dos taxistas. Nestes termos, será ainda mais difícil continuar a promover o desenvolvimento dos táxis eléctricos.

Muitos proprietários de veículos eléctricos concordam, de um modo geral, com o princípio do “utilizador-pagador” no carregamento público, e esperam que sejam instalados postos de carregamento nos lugares de estacionamento privados. Foram definidas as “Instruções para o pedido de autorização de instalação de equipamentos de carregamento de veículos eléctricos nos auto-silos de edifícios privados”, no entanto, segundo os proprietários de veículos eléctricos, é preciso um determinado quórum para poder instalar esses postos, nos termos do Código Civil, é necessário o consentimento de dois terços dos proprietários, o que é impraticável e equivalente à impossibilidade dessa instalação nos lugares de estacionamento privados. Aliás, os lugares de estacionamento com direito de propriedade autónoma também enfrentam o mesmo problema. Já em Maio do ano passado, através de uma carta dirigida ao Comissariado Contra a Corrupção

(CCAC), solicitei a realização de uma investigação sobre a irrazoabilidade das referidas instruções e a divulgação dos resultados da investigação, no entanto, até à data, nada se viu.

Tendo em conta a popularização dos veículos eléctricos, existe, em todo o mundo, um programa claro para promover a sua utilização, cabendo aos seus governos dirigir as instalações complementares de carregamento dos veículos eléctricos, benefícios fiscais e custos de carregamento competitivos, no sentido de que mais veículos movidos a combustível passem a ser substituídos por veículos eléctricos. Por exemplo, o Governo de Hong Kong elaborou, em 2021, o “*Hong Kong Roadmap on Popularisation of Electric Vehicles*”, com o objectivo de acabar com o registo de automóveis movidos a combustível até 2035; e em 2020, lançou o “*The EV-charging at Home Subsidy Scheme*”, com um orçamento de 2 mil milhões, com o objectivo de abranger cerca de 60 mil lugares de estacionamento privado durante 3 anos. Em Macau, para além dos benefícios fiscais e da aquisição de veículos eléctricos por parte do Governo, não existem outras políticas de apoio.

À medida que os diversos países avançam com a calendarização da eliminação dos veículos movidos a combustível, também em Macau os veículos eléctricos vão ser os principais veículos no futuro, é só uma questão de tempo. Solicito ao Governo que defina um roteiro claro para a promoção de veículos ecológicos, como os veículos eléctricos, e concretize as instalações de apoio relevantes, que implemente medidas práticas para facilitar a instalação de postos de carregamento nos parques de estacionamento privados, que apresente soluções viáveis para os obstáculos a essa instalação nos lugares de estacionamento “em quota-parte”, para promover, a partir da fonte, a substituição dos veículos movidos a combustível por veículos eléctricos. Deve ainda rever imediatamente e de forma abrangente o actual tarifário de carregamento para os veículos eléctricos, criar um mecanismo atractivo de fixação de preços e incentivar os proprietários de veículos a combustível a mudarem para veículos eléctricos.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 11.08.2022 Enquanto testemunha da história, há que conservar os monumentos históricos para fazer vingar a educação patriótica

A vista a Taiwan da presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, violou severamente o Princípio de Uma Só China e as estipulações dos três comunicados conjuntos China-EUA, e foi condenada veementemente, em declarações públicas, pelo Governo da RAEM, Assembleia Legislativa e todos os sectores da sociedade. Porém, é lamentável que haja ainda discursos nas redes sociais que induzem a população em erro, considerando que o assunto não tem nada a ver com Macau, pois a defesa nacional e as relações exteriores são competências do Governo Central. Isto significa que algumas pessoas têm conhecimentos e interpretação incompleta da Política “Um País, Dois Sistemas”, o que merece a atenção da sociedade, sobretudo das autoridades competentes.

Na minha opinião, a RAEM e os cidadãos chineses devem condenar o grave prejuízo causado pelos EUA à soberania e integridade territorial da China, bem como apoiar e defender as medidas legítimas do nosso País, pois em causa estão a segurança nacional e os interesses do povo chinês.

Macau estará alheia às relações sino-americanas? Olhando para a história de Macau, há 178 anos, no dia 3 de Julho de 1844, o Tratado de Wangxia, o primeiro tratado desigual entre a China e os EUA na história moderna da China, foi assinado em Macau, no Templo de Kun lam, Povoação de Mong-Há. Na altura, para abrir o mercado chinês, os enviados especiais norte-americanos ameaçaram com visitas de navios-patrolha a Pequim.

Com este tratado, os EUA conseguiram todos os direitos constantes do Tratado de Nanjing sino-britânico e dos seus anexos, excepto a cessão de território e indemnização, e ainda alargaram o respectivo âmbito. O grau de humilhação e prejuízo desse tratado é mais grave do que o Tratado de Nanjing e o Tratado de Bogue, ambos entre a China e o Reino Unido, pois os navios de guerra norte-americanos passaram a ter a liberdade de fiscalizar o comércio nos portos abertos da China, e assim, a China perdeu a soberania na defesa nacional. Neste sentido, Macau é o local do crime, onde os EUA prejudicaram a soberania da China, e as pessoas de Macau sentem essa humilhação na pele.

A história continua hoje. Assim, apelo a todos os sectores sociais para darem atenção ao impacto profundo deste incidente histórico, que fez soar o alarme para a união do povo, a salvaguarda da soberania do País e a unificação da nação chinesa. Assim, há que fazer bem o seguinte:

1. Fortalecer a ligação entre a educação histórica e as acções de

divulgação da defesa da segurança da soberania do Estado, com vista à conjugação da educação patriótica com a educação da história e geografia locais. Isto permite, sobretudo às novas gerações, ficarem a conhecer as referidas lições da história, evitando que sejam enganadas por afirmações falsas e visão distorcida da história, e as graves consequências dos danos à soberania e à integridade territorial da China, atribuindo importância à salvaguarda da dignidade do País.

2. Reforçar a conservação e o aproveitamento do património cultural que simboliza a soberania nacional e testemunha os grandes acontecimentos históricos, por exemplo, as ruínas da Alfândega Imperial chinesa e o local onde se celebrou o “Tratado de Mong-Há” entre a China e os Estados Unidos da América, que testemunham os laços de sangue entre Macau e a Pátria, podendo ser criados itinerários culturais *in-depth*, acompanhados de, por exemplo, arquivos históricos, fotografias e apresentações multimédia.

3. A Lei n.º 11/2013 (Lei de salvaguarda do património cultural) de Macau visa proteger os bens imóveis classificados. Nos termos da Lei de salvaguarda do património cultural do Estado, o património cultural de grande valor histórico, artístico e científico pode ser candidato à lista dos principais locais históricos e culturais protegidos a nível nacional. Há imóveis classificados de Macau que reúnem condições e requisitos para se candidatarem à lista dos principais locais históricos e culturais protegidos a nível nacional? Será que vale a pena estender as ideias de salvaguarda e de aproveitamento a Macau? Estas questões merecem ser abordadas a fundo.

Estou convicto de que a nova geração de Macau deve conhecer a fundo o passado e o presente da Pátria e aprender as lições da história. Neste momento em que Macau se integra na conjuntura do desenvolvimento nacional e no processo histórico da grande revitalização da nação chinesa, a nova geração de Macau tem a sua missão e, não pode faltar, nem vai faltar!